

Práticas de saber-poder sobre educação infantil em relatórios do UNICEF: problematizações

Practical know-power over early childhood education in reports UNICEF: problematizations

Flávia Cristina Silveira Lemos

Universidade Federal do Pará

flaviacslemos@gmail.com

Nathália Dourado Frazão Costa

Universidade Federal do Pará

nathaliadourado@hotmail.com

Ellen Aguiar da Silva

Universidade Federal do Pará

ellenaguiardasilva@yahoo.com.br

Resumo

No cenário dos últimos 25 anos, na virada do século XX para o XXI, há uma proeminência da discussão sobre educação infantil, perceptível pelo aumento da quantidade de publicações sobre o tema e da discussão de políticas educacionais para a chamada primeira infância (0 a 6 anos). Entre os atravessamentos importantes desse período, destacam-se: a intensificação no plano mundial da economia neoliberal, expansão da mediação internacional dos organismos multilaterais e os movimentos de luta pelo direito à educação passam a se organizarem cada vez mais. Esta pesquisa interrogou as práticas de educação infantil presentes em oito relatórios do UNICEF, de 1990 a 2014, questionando condições possíveis de sua emergência e problematizando a categoria infância e a sua respectiva escolarização. Foi realizado um percurso sobre a invenção da infância e seu encontro com a educação, especialmente com a escolarizada, e foram analisados quais os efeitos derivam deste encontro com as organizações multilaterais. Os oito relatórios do UNICEF sobre a infância brasileira foram estudados em consonância às teorias e ferramentas metodológicas demarcadas por Michel Foucault. As relações de saber-poder foram analisadas nestes relatórios, considerando as práticas sociais realizadas e as séries discursivas presentes nos documentos foram recortadas e interrogadas.

Palavras-chave: Educação Infantil. UNICEF. Genealogia.

Abstract

In the scenario of the last 25 years, from the turn of the XX century to the XXI, there is a prominence of the discussion about early childhood education, noticeable by the increase of the number of publications on the subject and the discussion of education policies for the so called early childhood (0 to 6 years). Among the important breakthroughs of this period are: the intensification in the world of the neoliberal economy, the expansion of the international mediation of multilateral organizations and movements for the right to education are becoming more and more organized. This research questioned the practices of early childhood education present in eight UNICEF reports, from 1990 to 2014, questioning possible conditions of their emergence and problematizing the childhood category and their respective schooling. A study was made on the invention of childhood and its encounter with education, especially with schooling, and the effects of this encounter with multilateral organizations were analyzed. The eight UNICEF reports on Brazilian childhood were studied in line with the theories and methodological tools demarcated by Michel Foucault. Knowledge-power relations were analyzed in these reports, considering the social practices performed and the discursive series present in the documents were cut and questioned.

Keywords: Children's Education. UNICEF. Genealogy.

I ntrodução

Ao falar sobre práticas de saber-poder, Foucault anuncia que os saberes são acionados por determinados mecanismos de poder, sustentados por específicos regimes de verdade, os quais circulam em dada sociedade, em um determinado período histórico. Pois bem, tomando essa premissa como disparadora metodológica e a análise de documentos como descrição das práticas de saber e poder, nos debruçamos sobre a tarefa de esmiuçar a leitura dos relatórios sobre a educação infantil brasileira, de acordo com o UNICEF. As regularidades das práticas de saber-poder presentes nos relatórios foram identificadas, descritas e analisadas, produzindo-se três séries discursivas principais: a Educação Infantil – EI como espaço para um bom desenvolvimento, a EI como espaço para diminuição da pobreza/criminalidade e a EI como espaço para aumentar a produtividade do indivíduo. A escolha dos relatórios se deu pelo fato de o conteúdo abordar a realidade brasileira de crianças em termos do governo da infância gerenciado pela política da educação infantil.

Os relatórios são encontrados na íntegra, no sítio do UNICEF na internet e foram acessados durante o ano de 2013 e 2014. Eles tratam de vários aspectos, como saúde, esporte, cultura, vacinação, aleitamento materno etc, porém, dedicamo-nos à educação infantil. Eles são financiados por diversas agências, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, o que aponta para determinados tipos de agenciamentos realizados entre organismos multilaterais e o capital financeiro.

Para pensar com algumas ferramentas foucaultianas, analisando documentos do UNICEF sobre o Brasil no período de 1990 a 2014, elaboramos um desenho de pensamento. Utilizando como nossas fontes primárias de análise os documentos elaborados pelo UNICEF, analisaremos o discurso do qual ele se utiliza, entendendo-o também sob a ótica de Fischer (2001, p. 200):

O discurso ultrapassa a simples referência das coisas, existe para além da mera utilização de letras, palavras e frases, não pode ser entendido como um fenômeno de mera expressão de algo: apresenta regularidades intrínsecas a si mesmo, através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria.

Ela ainda nos auxilia afirmando que a genealogia de grandes temas, por meio de uma descrição minuciosa de práticas sociais são produzidas discursivamente e também produzem saberes. Foucault assinalou a relevância em demarcar a singularidade dos

acontecimentos e na análise de documentos em pistas históricas para fazer uma genealogia do poder nas tramas em que nos debruçamos a problematizar. Não assumimos posições em que o poder está no Estado ou no UNICEF, ou mesmo na população. Ele está na relação entre eles, “os discursos não estão ancorados em nenhum lugar, mas se distribuem difusamente pelo tecido social, de modo a marcar o pensamento de cada época, em cada lugar, e, a partir daí, construir subjetividades” (VEIGA-NETO, 2011, p.100). Interessa-nos investigar condições de emergência de determinados saberes, sua insurreição, procedendo, assim, à análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos (VEIGA-NETO, 2011).

Fabricando narrativas pela demolição de evidências: descrição e séries dos relatórios

O UNICEF possui diversos documentos, como relatórios, publicações, selos, peças publicitárias. Por opção metodológica, baseada na leitura de todos os documentos sobre infância e educação no Brasil desde 1990 disponibilizado gratuitamente pela instituição, definimos alguns critérios de seleção para os documentos que foram analisados, condizentes na perspectiva em que este trabalho desenvolveu seu problema de pesquisa. Os relatórios foram escolhidos de acordo com os seguintes critérios: a) publicações a partir da década de 90 do século XX, período demarcado pela redemocratização e início do governo de Fernando Henrique Cardoso, marcado por mudanças econômicas que afetaram diretamente a educação, como a entrada de capital estrangeiro e privatizações; b) publicações elaboradas pela unidade do UNICEF no Brasil referentes ao nosso relatório; c) publicações específicas sobre infância e educação.

a) A INFÂNCIA BRASILEIRA DOS ANOS 90

Título: Sem título.

Ano: 1998

Este relatório foi elaborado pelo escritório do UNICEF, sem ser especificado qual, não contém capa, sendo 170 páginas distribuídas em nove capítulos: 1 – O processo demográfico brasileiro; 2 – Renda e pobreza das crianças; 3 – Gasto social e investimento na infância e adolescência; 4 – Saúde infantil; 5 – Panorama nutricional; 6 – Educação; 7 – Trabalho infanto-juvenil; 8 – Violência contra crianças e adolescentes e 9 – A sociedade civil na promoção dos direitos das crianças e adolescentes.

Não possui nenhuma foto, mas possui em 11 páginas, 20 tabelas. O relatório fala sobre a necessidade de obrigatoriedade escolar e possui poucos parágrafos sobre educação pré-escolar, sendo predominante o tema sobre a necessidade de escolarizar a infância e o processo de descentralização educacional. Como no excerto: “O fortalecimento das escolas, por meio da sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira é uma das faces de um processo de descentralização muito mais amplo, que envolve o exercício de um novo papel por parte do Município” (UNICEF, 1998, p. 115).

As tabelas apontam estatísticas da distribuição das pessoas de mais 10 anos por gênero e grupos de anos de estudo, grupos etários, situação do domicílio, crescimento de matrículas no ensino fundamental e médio, taxa de evasão no ensino fundamental, dentre outras estatísticas. Ou seja, a educação infantil não ganhou, ainda, relevância a ponto de haver um tópico apenas sobre ela.

b) SITUAÇÃO DA INFÂNCIA BRASILEIRA, 2001. Título do tópico: *Desenvolvimento infantil – os primeiros seis anos de vida.*

Ano de publicação: 2001

Este relatório foi elaborado pelos escritórios do UNICEF dos estados do Pará, Ceará, Pernambuco, Bahia e São Paulo, financiado pelo Banco Itaú e pelo Programa Change for Good, da British Airways (agência que arrecada recursos para o UNICEF no mundo todo). Na capa constam duas crianças do sexo feminino simulando uma dança. A cor predominante é rosa claro e possui 32 fotos em preto e branco com predominância de crianças negras (de 0 a 6 anos).

Ao todo, são 159 páginas, distribuídas em três capítulos: Apresentação, Capítulo 1 sobre um “bom começo de vida”, Capítulo 2 sobre avanços e desafios na infância, Capítulo 3 sobre um ambiente favorável para o desenvolvimento infantil, Destaques sobre experiências vividas em vários estados do país e tabelas estatísticas. O tópico sobre Educação Infantil está situado no segundo capítulo, com uma página sobre o tema, denominada “Situação da infância”. Este capítulo aborda avanços e desafios. Ele está situado no eixo dos desafios, entre o de HIV/AIDS e uma tabela sobre “Um bom espaço para educação infantil” e “Situações de vulnerabilidade”, situando a educação infantil entre questão de saúde pública e chamando a atenção para sua suposta vulnerabilidade. As tabelas são sobre: Renda e Saneamento básico, Saúde, Educação, Trabalho Infantil e Municípios ordenados de acordo com o critério do índice de desenvolvimento infantil, que

levam em consideração o número da população de crianças de 0 a 6 anos, a escolaridade dos pais, e os serviços de saúde e educação.

c) RELATÓRIO DA SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA BRASILEIRAS

Título: *Diversidade e equidade – pela garantia dos direitos de cada criança e adolescente.*

Ano: 2003.

Este relatório foi elaborado pelos escritórios de Belém, Recife, São Luís, Fortaleza, São Paulo e Salvador, com o auxílio do Departamento de Políticas e Planejamento do Escritório do UNICEF de New York e AMCE Negócios Sustentáveis, além de relatórios de 2003 do IBGE.

Na capa constam duas crianças sorrindo, uma negra e uma branca. A cor predominante é azul claro, possui 15 fotos com predominância de crianças e adolescentes negros. Ao todo, são 209 páginas, com 88 páginas de tabelas e gráficos (86 gráficos e 8 tabelas), e os textos divididos em três partes: Parte 1: Marco conceitual; Parte 2: Dados sobre a infância e adolescência: diversidade e equidade no Brasil; Parte 3: Proposta de linhas estratégicas para alcançar a equidade valorizando a diversidade. O marco conceitual fala sobre igualdade, diversidade, luta pelas tradições indígenas, criança quilombola, infância sem investimento no semiárido, infância na Amazônia, princípios de equidade e pobreza nas cidades. A segunda parte aborda sobre ciclo de vida, renda na infância, mulheres que promovem saúde, relações étnicas na escola e participação indígena, inclusão, gênero, diferenças entre urbano e rural. A terceira parte são recomendações de como atuar em relação à saúde, educação, assistência e proteção.

No início da segunda parte, existem três parágrafos sobre a creche e o bom começo de vida que a criança pode ter a partir dela e após esses parágrafos são outros tópicos sobre crianças indígenas, negras e com deficiência. Outro tópico sobre educação pré-escolar vem depois de Mortalidade de crianças até 6 anos e o grau de escolaridade da mãe e renda mensal de sua família e antes de um tópico sobre a importância da renda para uma boa educação.

d) SER CRIANÇA NA AMAZÔNIA

Título: *Uma análise das condições de desenvolvimento infantil na região norte do Brasil.*

Ano: 2004

Este relatório foi elaborado por pesquisadores do Instituto de Estudos Sobre a Amazônia (IESAM), Superintendência da Fundação Joaquim Nabuco do Ministério da

Educação, junto com o UNICEF (escritório de Belém) e parceria com a Universidade Federal do Amazonas. Na capa consta uma criança branca sorrindo com fundo todo azul claro (cor igual à do símbolo do UNICEF). A cor predominante é o azul claro e contém 38 fotos em preto e branco, com predominância de fotos com crianças em casas de madeiras e tomando banho na beira do rio. Ao todo, são 180 páginas, distribuídas em quatro capítulos, apresentação, referências e tabelas: Capítulo 1 – Situação da família e condições de proteção à criança, Capítulo 2 – A Mulher Enquanto Mãe, Capítulo 3 – As Condições de Saúde da Criança, Capítulo 4 – Cidadania, Competências Familiares, Violência e Proteção. Com 65 páginas apenas com tabelas (110 tabelas) e 6 páginas com listas dos conselhos tutelares e hospitais da Região Norte. O tópico sobre educação infantil está situado no último capítulo, com sete páginas, entre o tópico de Relevância do Nível Educacional dos Irmãos Mais Velhos e Crianças com Necessidade de Proteção Especial.

e) SITUAÇÃO DA INFÂNCIA BRASILEIRA

Título: *Crianças de até 6 anos: o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento.*

Ano: 2006

Este relatório foi elaborado pelo escritório de Brasília do UNICEF recebendo consultoria do IBGE, sendo o primeiro relatório analisado com a representante do UNICEF no Brasil Marie-Pierre Poirier¹. Na capa consta um casal de crianças negras sorrindo sentadas no chão de concreto em frente a uma casa simples. A cor predominante é o azul claro e possui 21 fotos em preto e branco (com exceção da capa), enfatizando crianças em leitos de hospitais, consultórios médicos, tomando vacinas. Ao todo, são 231 páginas distribuídas em quatro partes: Violações, Competências, Políticas e IDI.

O tópico sobre educação infantil está situado na parte das violações, entre tópico de HIV/AIDS e Registro Civil, com 13 páginas. Esta parte possui três fotos em preto e branco, com seis tabelas e um gráfico. Seu título é “Acesso e qualidade: os grandes desafios”, e o texto enfatiza a participação da família na educação da criança, assim como a questão do orçamento, do acesso e a questão da desigualdade histórica. O gráfico e as tabelas tratam da quantidade de creches e pré-escolas no Brasil, gasto aluno-ano na rede pública de educação infantil em reais, formação dos professores de educação infantil, espaço físico e

¹ Marie-Pierre Poirier é representante do UNICEF na Europa Central e Oriental e na Comunidade de Estados Independentes desde 1 de fevereiro de 2012. Com sede em Genebra, ela leva o trabalho do UNICEF no Leste e no Sul da Europa, Cáucaso e da Ásia Central. Possui mestrado do Instituto Nacional de Línguas e Civilizações Orientais (Sorbonne Nouvelle). Ela também é formada em Economia pela Universidade de Paris em 1981, depois de ter estudado um ano em Harvard. (Texto retirado de http://www.unicef.org/media/media_62565.html)

mobiliário nas creches, equipamentos e serviços em escolas públicas e materiais didáticos utilizados em creches e pré-escolas.

f) SITUAÇÃO MUNDIAL DA INFÂNCIA

Título: *Caderno Brasil*.

Ano: 2008

Este relatório foi elaborado pelo escritório do UNICEF no Brasil, sem ser especificado qual estado. Na capa consta a foto de uma criança negra do sexo masculino olhando para cima e sorrindo e a cor predominante é azul claro. Possui 12 fotos coloridas com crianças predominantemente negras sorrindo em vários cenários, dentre eles escola e casa. É o menor relatório, com apenas 64 páginas, divididas em introdução, notas sobre primeira infância, dois capítulos, notas metodológicas e anexos.

O primeiro capítulo fala sobre a situação da primeira infância no Brasil, com tópicos sobre registro civil, saúde e desnutrição, mortalidade infantil, saúde materna, creche e pré-escola e Índice de Desenvolvimento Infantil (IDI). O segundo capítulo fala sobre experiências de agentes comunitários e equipes de Saúde da Família com famílias brasileiras, construção de estratégias de desenvolvimento infantil para populações indígenas e sobre Família Brasileira Fortalecida, em uma perspectiva de prescrição de condutas exemplificadas em experiências já realizadas. O tópico sobre educação infantil está situado entre “Escolaridade das mães” e “Índice de Desenvolvimento Infantil”, no final do primeiro capítulo, com quatro páginas, agrupando quatro tabelas e dois gráficos sobre a porcentagem de crianças na creche e pré-escola por grupo de idade, comparativo de crianças de até três anos, evolução de crianças de 4 a 6 anos fora da escola, número de estabelecimentos de creche e pré-escola por localização e dependência administrativa.

g) SITUAÇÃO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA BRASILEIRA

Título: *O direito de aprender: potencializar avanços e reduzir desigualdades*.

Ano: 2009

Este relatório foi elaborado pelo escritório de Brasília do UNICEF, em parceria com órgãos governamentais, como Agência Nacional de Águas (ANA) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Ministério da Educação (MEC) e prefeituras e secretarias municipais, assim como fundações do setor privado como Amigos da Escola/Rede Globo.

Na capa consta a foto de uma criança negra do sexo feminino sorrindo assistindo aula com a turma, sentada em uma cadeira de colégio, com a mão levantada como que solicitando atenção do educador. A cor predominante é azul claro e possui 21 fotos com predominância de fotos em preto e branco e crianças em situação de risco.

Ao todo, são 199 páginas, distribuídas em seis partes: Aprender no Brasil, Aprender no Semiárido, Aprender na Amazônia, Aprender nas Comunidades Populares, Desafios, Dados e Indicadores.

h) TODAS AS CRIANÇAS NA ESCOLA EM 2015 – INICIATIVA GLOBAL PELAS CRIANÇAS FORA DA ESCOLA

Título: *Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da educação básica na idade certa – direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes.*

Ano: 2012.

Este relatório foi elaborado pelo UNICEF e Campanha Nacional pelo Direito à Educação. É o primeiro relatório analisado com Gary Stahl² como representante do UNICEF no Brasil. Na capa consta um casal de crianças negras sorrindo no cenário da sala de uma casa, ambiente familiar. As cores predominantes são azul claro, verde e amarelo, contendo sete fotos coloridas com crianças negras, principalmente no cenário da escola. Ao todo, são 129 páginas, distribuídas em três capítulos: Introdução – Reduzir as desigualdades é o principal desafio; Capítulo 1 – Quem são as crianças e os adolescentes fora da escola ou em risco de abandono no Brasil; Capítulo 2 – Barreiras à universalização do acesso e da permanência na escola; Capítulo 3 – Políticas e programas: Garantindo o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão da educação básica na idade certa para cada criança e adolescente; Conclusões e recomendações – Caminhos necessários para garantir o direito de aprender; Anexos e Mapas.

São 71 tabelas distribuídas em 32 páginas. A EI é tratada de forma difusa, entre o capítulo sobre crianças fora da escola e políticas e programas para vencer as barreiras.

Estes dados são interessantes para a verificação minuciosa dos documentos nos quais a análise debruçou-se, pontuando que as mensurações ocupam a maior parte do espaço do relatório e que o espaço concebido para a discussão da EI foi pequeno em

² Gary Stahl assumiu o posto de Representante do UNICEF no Brasil no dia 5 de dezembro de 2011. Antes de iniciar essa missão, Gary foi, por dois anos, representante da organização no Chile. Ele trabalhou também como Diretor Adjunto do Setor de Parcerias Públicas de UNICEF, em Nova Iorque, de 2004 a 2009. Gary, que é estadunidense, é graduado em Estudos Internacionais e Língua Espanhola pela Universidade de Iowa e mestre em administração pública pela Universidade de Harvard. (Texto retirado de http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_10988.htm)

relação aos outros tópicos como saúde, por exemplo, analisando tanto textos como gráficos. Além disso, é notório, como sempre, que no final há recomendações para a população sobre como as situações de violações de direitos sofridas por crianças e adolescentes devem ser dirimidas. Algumas agências/grupos apareceram como parceiras recorrentemente e colaboradoras tanto dos relatórios quanto dos próprios projetos descritos, como Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

Como aponta Lemos (2010b), em nome da segurança, proteção e garantia de direitos humanos, há uma internacionalização do governo, gerenciada por peritos da ONU conectados a várias outras instituições. Como mostra o excerto do relatório de 2006:

Uma outra questão se relaciona com a necessidade de fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos, seguindo os preceitos norteadores do Estatuto da Criança e do Adolescente. A Rede [*instituição parceira*] reitera as recomendações do primeiro relatório e demanda que os governos assumam o compromisso de proteger efetivamente todas as crianças e os adolescentes, não se limitando apenas às situações de direitos violados ou que exigem proteção especial, e sim se antecipando a elas. (UNICEF, 2006).

Dito isto, apresentamos regularidades discursivas e não discursivas das séries recortadas dos relatórios analisados.

Educar a infância de acordo com as estatísticas

Os relatórios são formados por diversas modalidades de mensuração, legitimadas pela população que começou a solicitar a atuação de novos especialistas, uma vez em que ela mesma constituiu-se como objeto de conhecimento. Em nome de um conhecimento racional, há um regime de enunciação que permite o governo dos homens, como nos diz Ramos do Ó (2007, p. 41): “O estado viu-se a produzir e a sofisticar a legislação, as estatísticas, os índices etc., com o fim de simultaneamente explicar e conformar o funcionamento da economia e a sociedade”. O relatório de 2007 mostra claramente como este governo dos homens opera por meio de recomendações autorizadas por documentos de agências parceiras.

Tabelas, gráficos e textos que antes atuavam na visibilidade de desvios da norma, agora também operam como políticas do eu, principalmente devido à escola, inclusive. Ou melhor, do modo como a escola apropriou-se desses saberes (RAMOS do Ó, 2007, p.45).

Ou, como nos diz Passeti (1991), o que se pretende é curar a pobreza ou minimizar os impactos na oscilação da taxa de lucro? Importam números, palavras e operacionalização do funcionamento institucional como suporte do Estado e de seu regime político, na medida em que se torne maleável, como atenuante à dureza do aparato policial, ampliando suas conexões com as práticas sociais autoritárias. Assim, podemos problematizar como o UNICEF aciona saberes como demografia e estatística para vigilância e elaboração de políticas de promoção da vida e gerência dos corpos, com objetivo de tornar a vida útil e dócil (LEMOS, 2013).

Educar a infância para produzir um “bom começo de vida”

O século XX nos presenteou com a herança da legitimidade de alguns saberes, os quais são autorizados para intervenções, dada sua cientificidade. Saberes que produziram e produzem verdades sobre infância, como a psiquiatria, psicologia e pedagogia justificam intervenções institucionais (SILVA, 2014). Como Rose (1988, p. 36) aponta, as ações e cálculos das autoridades são dirigidas para novas tarefas: como maximizar as forças da população e de cada indivíduo no seu interior, minimizar seus problemas, organizá-los da forma mais eficaz. O nascimento e a história dos saberes sobre a subjetividade e a intersubjetividade estão intrinsecamente ligados a programas que, a fim de governar os sujeitos, descobriram que precisam conhecê-lo. A criança saudável, de acordo com os relatórios, é aquela que frequenta a creche e a pré-escola, como se esses espaços possuíssem espécie de receita da normalização, receita para ser/estar “normal”, na média.

O acesso à educação infantil em creches e pré-escolas é fundamental para a garantia do desenvolvimento pleno da criança de até 6 anos. É nesse período que meninas e meninos desenvolvem capacidades, habilidades e conhecimentos que podem transformar de forma positiva toda a sua vida. Nesse contexto, a educação infantil de qualidade ajuda a estabelecer as bases da personalidade, do desenvolvimento da inteligência, da afetividade e da socialização. (UNICEF, 2008).

Os modos de subjetivação que este processo vai produzindo, principalmente no que tange ao insucesso, à delinquência ou à loucura aparecem em qualquer estatística populacional escolar, determinada pela prevalência de uma maioria dita produtiva e saudável. “A individualização objetiva-se pela dimensão da distancia em relação ao padrão médio da escola. É esta a regra sobre a qual se estabelecem todas as diferenças individuais” (RAMOS do Ó, 2007, p. 44). Ou, também como nos diz Patto (1997), os desajustamentos sociais sendo provenientes da falta de afeto e amor da família, são

afastamentos do processo normal de formação de valores, hábitos e atitudes desejáveis dentro de um padrão cultural ocidental. Atrelando os saberes da psicologia e da estatística, Ramos do Ó (2007) afirma que nas escolas examinam-se comportamentos que os escolares apresentam “de forma natural”, lado a lado com o exame de conhecimentos. Inclusive, são exatamente os testes psicométricos que dão visibilidade aos indivíduos muitas das vezes.

Quando se mede uma realidade a partir duma tabela universal, esta se utilizando unicamente uma técnica de hierarquização – correlacionando elementos, organizando campos comparativos, formando categorias – , que estabelece medias e infere normas do comportamento populacional. É, pois todo um poder que individualiza justamente na medida em que obriga à homogeneidade. (RAMOS DO Ó, 2007, p. 44).

Passetti (1991) corrobora e agrega que será através do levantamento biográfico da vida do infrator que ele será caracterizado como delinquente. É o trabalho dos técnicos institucionais, associando infração à condição de pobreza que o eleva à condição de delinquente.

Educar a infância para reduzir a pobreza e a criminalidade

É sabido que o Estado passa a considerar como problema nacional todo aquele acontecimento que, direta ou indiretamente, acarrete possibilidades de abalar a ordem. A condição de carenciado socioeconômico é o indicador que acaba localizando grande parte do proletariado. A decorrência imediata é o seu enquadramento como infrator através da chamada conduta antissocial. A pobreza gerando a conduta antissocial (PASSETTI, 1991). A história nos mostra uma linha tênue entre a infância em perigo e a infância perigosa, haja vista relações entre abandono da infância, dissolução familiar e criminalidade no mesmo cenário de transformação capitalista, como aponta Silva (2014). Formou-se uma associação do binômio desemprego-pobreza em ócio-vagabundagem, pensamento que atravessa a forma como vemos as crianças fora da escola.

A autora fala ainda sobre como foi ressaltada cada vez mais a criminalidade de menores, forjando a periculosidade da infância, em que o trabalho e a educação servem para moldá-la. Foucault (2002) corrobora, ao afirmar que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade em nível das virtualidades de comportamento e não dos atos em si. Deslocado para o âmbito social, o problema da infração cometida pelo menor passa a ser um problema público. Cabe à educação estatal obrigatória, responsabilizar-se por suprir,

tanto essa deficiência da família, como desenvolver o conjunto dos valores normativos integradores na ordem. Garantindo as introjeções dos valores dominantes, acredita-se estar dando um passo à frente no combate à criminalidade infanto-juvenil (PASSETTI, 1991). O excerto do relatório de 2007 aponta como a pobreza é objeto de intervenção: “Uma das principais recomendações feitas pela Rede para a meta era o desenvolvimento de modelos de intervenção que facilitassem o acesso das famílias mais pobres e dos segmentos mais excluídos ao Bolsa Família”. Isto mostra brevemente a ideia de que é necessário intervir na pobreza, e, um dos mecanismos é a educação.

Educar a infância para a produção de adultos produtivos e consumistas

É encontrada nos relatórios do UNICEF, a questão sobre a formação de adultos mais produtivos devido à educação, resultando um retorno financeiro maior: “segundo estudo realizado pelo IPEA, em 2000, uma criança que frequenta pelo menos dois anos de creche ou pré-escola, quando adulta, tem seu poder de compra aumentado em 18%” (UNICEF, 2006, p. 68). Isto é corroborado pela visão de Guattari (1977), quando afirma que a precocidade do adiestramento da criança implica uma mudança de método, dispensando-se cada vez mais a punição e empregando, por sua vez, técnicas suaves e muito mais profundas.

O relatório de 2008 nos mostra esta relação: “O acesso à educação infantil traz benefícios claros para a família como um todo. [...] as mulheres pobres que tinham filhos pequenos matriculados em creches e pré-escolas aumentaram sua renda em até 20% (Banco Mundial, 2002)”. Ramos do Ó (2007) auxilia nossas análises ao afirmar que os sistemas estatais de ensino foram sendo constituídos de acordo com a governamentalidade, em que o jovem é tido como alvo do aumento da força e da prosperidade do estado, reivindicando certo “bem-estar”. Em outras palavras, podemos dizer que cada vez mais cedo o indivíduo é tido como investimento para ser um adulto produtivo consumista, e a educação contribui para seu bem-estar físico e psicológico, além de evitar a pobreza e conseqüente criminalidade, nas práticas dos relatórios.

Considerações finais

Compartilhamos da ótica de Rose (1988, p. 35) ao afirmar que sua preocupação é com os novos regimes de verdade instalados pelo conhecimento da subjetividade, as novas

formas de dizer coisas plausíveis sobre outros seres humanos e sobre nós mesmos, o novo licenciamento daqueles que podem falar a verdade e daqueles que estão sujeitos a ela, as novas formas de pensar o que pode ser feito a eles e a nós.

E, como diz Passeti (1991), ver a sociedade sob o ponto de vista dos valores universais na dicotomia tradicional-moderno é construir outra fórmula para continuar sediando no Estado o prolongamento dos problemas sociais. A análise dos relatórios não se limita às regularidades discursivas. Pelo contrário, são as próprias regularidades que ampliam o universo da análise e os questionamentos e apontamentos sobre os temas até então abordados. Qvortrup (2010, p. 640) assinala sobre a institucionalização da infância, sua escolarização como resultado de demandas econômicas e políticas.

Esses desenvolvimentos mudaram dramaticamente a discussão sobre a vida das crianças. Embora houvesse agentes que se esforçaram arduamente pra promover a educação escolar das crianças, nos perguntamos se isso teria acontecido caso esta não tivesse sido entendida como um interesse indispensável para o comércio, para o desenvolvimento da indústria e da sociedade de forma mais geral e assim por diante.

Os relatórios finalizam com recomendações para gestores municipais, estaduais, federais, bem como de organizações não governamentais e população no geral. O último relatório analisado, de 2012, traz como nova a questão da intersetorialidade para dar conta das crianças fora da escola, para auxiliar nas políticas públicas e que os investimentos devem basear-se em Custo Aluno Qualidade Inicial.

Lemos (2010b) afirma que a prevenção torna-se uma tecnologia principal de governo, em uma sociedade de riscos que deseja reduzir e/ou eliminar perigos. Assim, de acordo com a autora, emerge a busca da felicidade com a promoção da qualidade de vida, medida em índices de desenvolvimento humano, em uma retórica de desenvolvimento sustentável includente, constantemente propagada por assessores da ONU e pelo Banco Mundial. Faz-se necessária uma revisão dos aportes psicologizantes das práticas escolares atuais – o que implica certa recusa à noção de desenvolvimento como marcha e progresso, ou como resultado inequívoco de coordenadas lineares de causa-efeito, como propõe Aquino (2000).

O relatório de 2012, por exemplo, aborda a exclusão escolar, sobre crianças que não estão na escola, não mais necessariamente sobre a promoção desse direito, mas sobre a garantia e controle. Consolidar a condicionalidade de frequência na escola como parte dos programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, é uma das recomendações.

De acordo com Lemos (2010b), as práticas de proteção e fomento aos direitos humanos de crianças e adolescentes do UNICEF remetem ao paradigma da inclusão e a

associação da igualdade com a diferença é uma estratégia utilizada para justificar políticas compensatórias e promover o chamado desenvolvimento do país. Podemos dizer que há o afrouxamento dos controles exercidos sobre as crianças da forma como conhecíamos dando lugar ao chamado desenvolvimento da autonomia da mesma sem coações. No entanto, como afirma Rose (1988), quanto mais liberdade, mais governo, ou seja, em aparentes interesses e necessidades das crianças, a liberdade é regulamentada, visto que são restritas as possibilidades de escolha.

Reduzir a tese de associação positiva entre criminalidade e classes sociais é próprio de uma percepção empirista da sociedade, que através do próprio discurso político de uma instituição passa a dar a justificativa para seu funcionamento. Na verdade, essa associação positiva favorece a reprodução das desigualdades na medida em que estas se erguem na sociedade por diferenciações individuais expressas nos comportamentos dos indivíduos, a partir de uma maior ou menor introjeção dos valores considerados essenciais. Considera-se desajustado ou delinquente todo aquele que fere com sua ação a ordem, sintetizada. (PASSETTI, 1991, s/p).

Mesmo com um grande alcance das ações da ONU, outras forças entrecruzam-se, como o apoio de bancos internacionais, mercado especulativo, ações de grupos terroristas, precarização do trabalho, criminalização da pobreza, dentre outras. Além disto, com toda a atuação do UNICEF no Brasil, em seus relatórios, o país ainda estaria descumprindo os princípios das cartas de direitos humanos de crianças e adolescentes. “O UNICEF impõe diretrizes de um modelo econômico e desenvolvimento social ao Brasil, [...] operando intensa pressão/chantagem, para que o país garanta a implementação de políticas de atendimento a essa clientela, priorizando-a”.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, C. B. e LUCA, T. R (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

AQUINO, J. G. *Do cotidiano escolar: ensaios sobre a ética e seus avessos*. São Paulo: Summus, 2000.

ARANTES, E. M. M. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI (Org.). *A Arte de Governar Crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2011.

ARIÈS, P. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BIROLI, F. História, discurso e poder em Michel Foucault. In: *Figuras de Foucault*. RAGO, M. e VEIGA-NETO, A. (Org.), 2. ed., Coleção Estudos Foucaultianos, Minas Gerais: Editora Autêntica, 2008.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

_____. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>.

_____. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação – 2011 a 2020*. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=1107>.

BUJES, M. I. E. Governando a subjetividade: A constituição do sujeito infantil no RCN/EI. *Pro-Posições*, v. 13, n. 01, jan-abr, 2002a. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/37-artigos-bujesmie.pdf>>.

_____. A invenção do eu infantil: dispositivos pedagógicos em ação. *Revista Brasileira de Educação*, n. 21, set-dez., 2002b. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a02.pdf>>.

BUJES, M. I. A infância contemporânea e a reconfiguração das racionalidades de governo. In: VIII ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. Anais. Universidade Estadual de Londrina, Londrina/ PR, p. 1-15, 2010.

CASTRO, C. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2008.

CHARTIER, R. *A história ou a leitura do tempo*. 2. ed., Minas Gerais: Autêntica, 2011.

D'ALMEIDA, K. P. M. *Educação infantil e direito: práticas de controle como campo de análise*. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.lpp-buenosaires.net/ppfh/documentos/teses/kesia.pdf>>.

DUARTE, A. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Org.), *Figuras de Foucault*, p. 45-56. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FAÉ, R. A genealogia em Foucault. *Psicologia em Estudo*, Maringá: vol. 09, n. 03, p. 409-416, set-dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v9n3/v9n3a08.pdf>>.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI (Org.). *A Arte de Governar Crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3ª ed., São Paulo: Editora Cortez, 2011.

FISCHER, R. M. B. Foucault e análise do discurso em educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 114, p. 197-223, nov., 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n114/a09n114.pdf>>.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. *A ordem do discurso*. 21. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

_____. Diálogos sobre poder. In: *Ditos & Escritos: Estratégia, poder-saber*, v. IV. BARROS da MOTTA, M. (Org.). 3. ed., Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2012a.

_____. Poder e Saber. In: *Ditos & Escritos: Estratégia, poder-saber*, v. IV. BARROS da MOTTA, M. (Org.). 3ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2012b.

_____. Precisões sobre o poder – Respostas a certas críticas. In: *Ditos & Escritos: Estratégia, poder-saber*, v. IV. BARROS da MOTTA, M. (Org.). 3. ed., Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2012c.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 9. ed., Rio de Janeiro: Editora Graal, 1988.

_____. *Microfísica do poder*. Org. e Trad.: Roberto Machado. 10. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FULGRAFF, J. B. G. *O UNICEF e a política de educação infantil no Governo Lula*. Tese (Doutorado em Educação) – PUC-SP, São Paulo, 2007.

GADELHA, S. S. Governamentalidade neoliberal, Teoria do Capital Humano, Empreendedorismo. *Educação & Realidade*, v. 34, n. 2, p. 171-186, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8299/5537>>.

GALLO, Sílvio. O problema e a experiência do pensamento: implicações para o ensino da filosofia. In: KOHAN, W. (Org.). *Filosofia, aprendizagem, experiência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 115-130.

GUATTARI, F. *Revolução Molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

GOTTLIEB, A. Para onde foram os bebês? Em busca de uma antropologia de bebês (e de seus cuidadores). *Psicologia USP*, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 313-336, jul-set, 2009.

JAVEAU, C. Criança, infância (s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 379-389, mai-ago, 2005.

KRAMER, S. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: Educação infantil e é fundamental. *Educação & Sociedade*, Campinas: v. 27, n. 96, p. 797-818, out., 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a09v2796.pdf>>.

LE GOFF, J. *História e Memória*. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

_____. A cultura como dispositivo de governo da população pela UNICEF e UNESCO: apontamentos genealógicos. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, vol. 10, n. 20, dez., 2010b. Disponível em: < http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2010000200005&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

_____. A educação como dispositivo de proteção às crianças e adolescentes segundo práticas do UNICEF: problematizações foucaultianas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 8 n. 03, dez., 2008.

_____. Práticas de governo das crianças e dos adolescentes propostas pelo UNICEF e pela UNESCO: inquietações a partir das ferramentas analíticas legadas por Foucault. *Psicologia & Sociedade*; v. 24, n. spe, p. 52-59, 2012. <<http://www.ufrgs.br/seerpsicsoc/ojs2/index.php/seerpsicsoc/article/viewFile/3479/2104>>.

_____. O UNICEF e a gestão das famílias: uma análise a partir das ferramentas legadas por Michel Foucault. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, vol.13 n. 2, ago., 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812013000200018&lng=pt&nrm=iso>.

LEMOS, F. C. S.; CARDOSO JR., H. R. A genealogia em Foucault: Uma trajetória. *Psicologia & Sociedade*, Rio de Janeiro, vo. 21, n. 03, p. 353-357, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a08v21n3.pdf>>.

LIBÂNEO, J. C; J. F. OLIVEIRA; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10ª ed., São Paulo: Editora Cortez, 2012.

MASSCHELEIN, J.; SIMONS, M. *Em defesa da escola: Uma questão pública*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MONTANDON, C. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa. *Cadernos de Pesquisa*, n. 112, março, 2001.

MOSS, P. Introduzindo a política na creche: A educação infantil como prática democrática. *Psicologia USP*, São Paulo, p. 417-436, jul-set, 2009. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v20n3/v20n3a07.pdf>>.

NASCIMENTO, M. L.; SCHEINVAR, E. Infância: discursos de proteção, práticas de exclusão. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 05, n. 02, 2005. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v5n2/artigos/aj01.pdf>.

NUNES, D. G. Educação infantil e mundo político. *Revista Katálysis*, Florianópolis, vol. 12, n. 01, p. 86-93, jan-jun, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/11.pdf>>.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no Brasil: Avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. *Revista HISTEDBR On-Line*, Campinas, n. 33, p. 78-95, mar., 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/33/art05_33.pdf>.

PASSETTI, E. O menor no Brasil republicano. In: DEL PRIORE, M. (Org.). *História da criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991, pp 146-175.

PATTO, M. H. S. *Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

PRADO, R. L. C. *A participação de crianças em pesquisas brasileiras das ciências sociais e humanas*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo,

2014. Disponível em: < http://veracruz.edu.br/doc/ise/ise_comunidade_prof_participacao_crianças_pesquisas_brasileiras.pdf>.

QVORTRUP, J. A infância enquanto categoria estrutural. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 36, n. 02, mai-ago, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000200014.

_____. Visibilidade das crianças e da infância. *Linhas Críticas*, Brasília/DF, v. 20, n. 41, p. 23-42, jan-abr, 2014.

RAMOS DO Ó, J. O governo do aluno na modernidade. *Foucault pensa a educação*, p. 36-45, 2007.

RODRIGUES, G. S.; LARA, A. M. B. Avaliação das propostas do Banco Mundial para a educação infantil: Influências e consequências nos países periféricos. *Estudos em Avaliação Educacional*, v. 17, n. 33, jan-abr, 2006. Disponível em: < <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1278/1278.pdf>>.

RIZZINI, I.; PILLOTTI, F. (Org.). *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 3. ed., São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ROSEMBERG, F. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 107, p. 07-40, jul., 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a01.pdf>>.

_____. Organizações multilaterais, Estado e políticas de educação infantil. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, p. 25-63, mar., 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a02n115.pdf>>.

ROSEMBERG, F.; MARIANO, C. L. S. A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n.141, dez., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000300003>.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T. T. (Org.). *Liberdades Reguladas*. Petrópolis: Vozes, 1988. P. 30-45.

SCHEINVAR, E. *O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina (FAPERJ), 2009.

SILVA, F. F. L. *O que não cabe nas ruas de uma cidade?* Dissertação (Mestrado em Psicologia e estudos da subjetividade) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SILVEIRA, A. A. D. *O direito à educação de crianças e adolescentes: análise da atuação do Tribunal de Justiça de São Paulo (1991-2008)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUZA, M. P. R.; ROCHA, M. L. Políticas educacionais: legislação, formação profissional e participação democrática. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C (Org.). *A exclusão dos “incluídos”*: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. 2ª ed., Maringá: EDUEM, 2012.

TRAVERSINI, C. S.; LOPEZ BELLO, S. E. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 02, ago., 2009. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-31432009000200009&lng=pt&nrm=iso>.

UNICEF. Acesso e qualidade: os grandes desafios. In: *Situação da infância brasileira – Crianças de até 6 anos: O direito à sobrevivência e ao desenvolvimento*. 2006. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/Pags_064_077_Educacao.pdf>.

UNICEF. *Infância brasileira anos 90*. Brasília: UNICEF, 1998.

UNICEF. *Situação da infância brasileira 2001*. Brasília: UNICEF, 2001.

UNICEF. *Situação da infância brasileira 2003*. Brasília: UNICEF, 2003.

UNICEF. *Situação da infância e adolescência brasileiras 2003*. Brasília: UNICEF, 2003.

UNICEF. *Ser criança na Amazônia*. Brasília: UNICEF, 2004.

UNICEF. *Situação da infância brasileira 2006*. Brasília: UNICEF, 2006.

UNICEF. *Situação mundial da infância 2008 – Caderno Brasil*. Brasília: UNICEF, 2008.

UNICEF. *Situação da infância e adolescência brasileira 2009 – O direito de aprender*. Brasília: UNICEF, 2009.

VARELA, Júlia. Categorias espaço-temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, M. V. (Org.). *Escola na virada do século*. São Paulo: Cortez, 1996, p.37-56.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. 4. ed., Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2008.

VOGEL, A. Do Estado ao Estatuto: Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: RIZZINI & PILOTTI (Org.). *A arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*, 3ª ed., São Paulo: Editora Cortez, 2011.

Submetido em 20/03/2015, aprovado em 03/04/2017.